



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Programas Urbanos
Esplanada dos Ministérios Bloco "A", 2º andar, sala 242
Brasília – DF – CEP 70050-901
Tel.: (061) 2108.1696 - Fax: (61) 2108.1449
programasurbanos@cidades.gov.br

NOTA TÉCNICA nº 126 /2008/ SNPU/ MCIDADES

Brasília, 15 de outubro de 2008.

Assunto: Monitoramento e análise dos efeitos da aplicação da Resolução CONAMA 369/2006.

INTERESSADO: Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente

PROCESSO: 02000.001045/2007-10


1. Em atenção ao Ofício Circular Nº 36/2008/SECEX/MMA, em que a Secretária Executiva do MMA solicita que se encaminhe ao Departamento de Apoio ao CONAMA informações relativas a dificuldades e entraves encontrados para obtenção de autorização de intervenção em APP, informamos o que segue.
2. A Secretaria Nacional de Programas Urbanos – SNPU, é responsável pela política nacional de regularização fundiária urbana e, neste sentido, tem particular interesse na aplicação do Artigo 9º da Resolução CONAMA Nº 369, que trata da autorização para implementação da regularização fundiária de interesse social em APP.
3. Não sendo um órgão licenciador, a SNPU não dispõe de informações próprias sobre problemas na aplicação da Resolução.
4. No entanto, segundo as informações disponibilizadas pelo CONAMA, não foi concedida até o momento nenhuma autorização para regularização fundiária em APP, apesar do expressivo número de intervenções de urbanização e regularização fundiária implementadas por Prefeituras e Governos Estaduais no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal.
5. A inexistência dessas autorizações acarretará impactos no andamento das obras de urbanização dos assentamentos precários, que terão dificuldade em chegar ao seu final, com a implementação da regularização fundiária plena e o registro do título de propriedade em nome das famílias moradoras.
6. Para superar esta situação é imprescindível que os órgãos ambientais municipais e estaduais estabeleçam claramente os procedimentos e critérios a serem seguidos para que os Municípios solicitem a autorização, divulgando amplamente esta informação e disponibilizando inclusive modelos de requerimento e das peças técnicas necessárias para instrução do processo.
7. Considerando que este é o principal entrave para implementação das disposições do Artigo 9º da Resolução CONAMA Nº 369, sugerimos que o CONAMA inclua nas demandas encaminhadas aos órgãos ambientais municipais e estaduais, o pedido de informações sobre os procedimentos adotados para apoiar as solicitações de autorização a serem realizadas pelos Municípios.

8. A Secretaria Nacional de Programas Urbanos coloca-se à disposição dos órgãos ambientais para contribuir na formulação das diretrizes técnicas para apoio aos Municípios.



Celso Santos Carvalho
Diretor de Planejamento Urbano

De acordo, encaminhe-se ao Departamento de Apoio ao CONAMA,



Maria Teresa Saenz Surita Jucá
Secretária Nacional de Programas Urbanos